

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAÇOIABA DA SERRA/SP: QUALIDADE, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS

Municipal Council of Education of Araçoiaba da Serra/SP: quality, democratic management and participation in the perception of the counselors

Consejo Municipal de Educación de Araçoiaba da Serra /SP: calidad, gestión democrática y participación en la percepción de los consejeros

Amanda Regina Martins Dias*

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba – Bra.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos conselheiros do Conselho Municipal de Araçoiaba da Serra/SP em relação à concepção de qualidade, gestão democrática e participação, no âmbito das atribuições desse órgão colegiado e os principais instrumentos e estratégias utilizados para a sua consecução. Utilizou-se a abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas como metodologia aplicadas a 4 respondentes. Três entrevistas foram registradas em áudio e uma escrita manualmente, uma vez que um dos respondente não autorizou a gravação. Todas as entrevistas foram transcritas e tabuladas. Na percepção dos conselheiros os eixos de qualidade, gestão democrática e participação solicitam maior conhecimento e ação não somente da sociedade como um todo, mas como dos próprios conselheiros para atuação na busca da educação socialmente referenciada no município, revendo suas estratégias e mecanismos predominantes, para que os princípios da gestão democrática previstos nas legislações se materialize em ações concretas no âmbito da qualidade social.

Palavras-chave: Conselho municipal de educação. Gestão democrática. Qualidade. Participação. Araçoiaba da Serra/SP.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of the counselors of the Municipal Council of Araçoiaba da Serra/SP in relation to the conception of quality, democratic management and participation, in the context of the attributions of this collegiate body and the main instruments and strategies used for its achievement. The qualitative approach was used and semi-structured interviews as a methodology was applied to 4 responders. Three interviews were recorded in audio and a handwriting manually, since one of the respondent did not authorize the recording. All interviews were transcribed and tabulated. In the perception of the counselors, the axes of quality, democratic management and participation request greater knowledge and action not only of society as a whole, but as of the advisors themselves to work in the pursuit of socially referenced education in the municipality, reviewing its predominant strategies and mechanisms, so that the principles of democratic management provided in the legislations materializes in concrete actions in the field of social quality.

Keywords: Municipal council of education. Democratic management. Quality. Participation. Araçoiaba da Serra /SP.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la percepción de los directores del Consejo Municipal de Araçoiaba da Serra/SP en relación con la concepción de calidad, gestión democrática y participación, en el ámbito de las atribuciones de ese órgano colegiado y los principales instrumentos y estrategias utilizados para su implementación. Si utilizó el abordaje cualitativo a través de entrevistas estructuradas, fueron entrevistados 4 consejeros. Tres entrevistas se registraron en audio y una se registró por escrito, ya que un entrevistado no autorizó la grabación. Todas las entrevistas fueron transcritas y tabuladas. En la percepción de los directores, los ejes de calidad, gestión democrática y participación solicitan mayor conocimiento y acción no sólo de la sociedad como un todo, sino como de los propios directores para actuación en el campo de la educación socialmente referenciada en el municipio, revisando las estrategias y mecanismos predominantes, para que los principios de la gestión democrática prevista en las legislaciones se materializan en acciones concretas en el ámbito de la calidad social.

Palabras-clave: Consejo Municipal de educación. Gestión democrática. Calidad. Participación. Araçoiaba da Serra /SP.

Introdução

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos conselheiros do Conselho Municipal de Araçoiaba da Serra/SP (C.M.E.), em relação à concepção de qualidade, gestão democrática e participação, no âmbito das atribuições desse órgão colegiado e os principais instrumentos e estratégias utilizados para a sua realização. De acordo com Dias e Estevam (2018 p.97), o Conselho Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra/SP atualmente é composto por 10 membros, que representam diversos segmentos entre profissionais da educação e representantes de entidades sociais do município. Desse total de membros, participaram efetivamente da pesquisa o universo de 4 (quatro) conselheiros. Como critérios para a seleção dos respondentes estabeleceu-se que: a) Conselheiros que se disponibilizaram em conceder a entrevista durante a apresentação da pesquisa em reunião ordinária do C.M.E.; b) Conselheiros que agendaram dia, horário e local que melhor atendessem suas necessidades para a realização da entrevista; c) Conselheiros que reunissem as solicitações em conjunto dos itens **a** e **b**.

Assim sendo, foram excluídos os que não atenderam os critérios de seleção elencados. De acordo com os critérios estabelecidos, identificou-se 4 (quatro) respondentes, os quais se dispuseram em conceder entrevistas, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorização para utilização de suas devolutivas para elaboração do relatório científico. Três entrevistas foram registradas em áudio através de aparelho celular e uma escrita manualmente, já que um respondente não autorizou a gravação mas permitiu o registro manuscrito. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e tabuladas para posterior análise qualitativa.

O primeiro contato foi realizado através da Vice-Presidente do C.M.E., que intermediou o diálogo sobre a pesquisa com o Presidente e após visita pessoal, ambos autorizaram a pesquisadora a participar de uma das reuniões ordinárias realizadas na Secretaria Municipal de Educação com objetivo de apresentar a pesquisa aos demais membros e convidá-los para participar das entrevistas, bem como acessar o livro das Atas de Reuniões realizadas desde sua criação para compor a parte documental da pesquisa. Durante a reunião ordinária foi explicado aos presentes os objetivos da pesquisa pela pesquisadora e foi entregue a “Carta de Apresentação” juntamente com o “Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido” (TCLE) da pesquisa, para oficializar o estudo. Seguindo os procedimentos éticos em pesquisa com seres humanos, no qual constaram informações e esclarecimentos sobre o objetivo do estudo; sobre os pesquisadores responsáveis (identificação e contatos); os procedimentos, benefícios diretos e indiretos e sobre a garantia do sigilo do respondente.

Após os procedimentos citados, os conselheiros se manifestaram de forma espontânea, aderindo ou não à participação na entrevista. Naquele momento, apenas um conselheiro se negou a participar. Os demais informaram seus contatos pessoais para que posteriormente a pesquisadora entrasse em contato para fazer o agendamento. Após essa etapa, 4 (quatro) conselheiros confirmaram o agendamento e as entrevistas foram realizadas em local, dia e horário definidos pelos próprios conselheiros, visando não interferir nas rotinas deles. Em geral, as entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos conselheiros, com duração média de uma hora à uma hora e meia cada uma e de forma individual. Em cada uma das seções, como forma de acolhimento do entrevistado tomamos muito cuidado em proporcionar um clima agradável e harmonioso entre o entrevistado e a pesquisadora e com isso observou-se que os conselheiros se mostraram muito receptivos, cordiais e tranquilos, demonstrando sinceridade em suas respostas às indagações do roteiro semiestruturado.

Com o objetivo de conhecer melhor os entrevistados, saber quem eram, qual sua formação, o segmento que representava no C.M.E., dentre outras informações pertinentes, foi realizado um roteiro de Caracterização dos Respondentes. A coleta de informações desse formulário mostrou que dos quatro conselheiros, apenas um não era da área da educação, e sim da área social, mas que está atrelada às ciências humanas. Apenas um dos quatro conselheiros relatou não possuir formação em nível superior, os demais todos relataram possuir especialização lato sensu em sua área de formação. O quadro a seguir detalha o perfil dos respondentes:

Quadro 1: Caracterização dos respondentes

Conselheiro	Gênero	Idade	Formação acadêmica	Tempo de participação no C.M.E.
R01	M	49	Educação Física	Desde 2017
R02	F	48	Pedagogia, Economia, Matemática	Desde 2013
R03	F	57	Ensino Médio	Desde 2017
R04	M	27	Serviço Social	Desde 2017

Fonte: Elaborado por Amanda Regina Martins Dias

Contendo ao todo 20 questões, o roteiro semiestruturado das entrevistas foi organizado em quatro eixos, a saber: 1 - O C.M.E. e a qualidade socialmente referenciada: análise das falas dos respondentes relacionada à sua compreensão sobre qualidade e o papel do C.M.E. em tais encaminhamentos com foco nas questões de 1 a 5 da entrevista; 2 - Gestão democrática e a participação no C.M.E.: com ênfase nas questões de 6 a 10 da entrevista, realizou-se neste item a análise das falas dos respondentes quanto às iniciativas de participação e exercício da gestão democrática na organização e autonomia do coletivo quanto às deliberações e pautas; 3 - C.M.E. e os mecanismos de gestão democrática: análise das devolutivas dos respondentes, com ênfase nas questões de 11 a 15 quanto aos meios (mecanismos) criados para a aproximação com o coletivo e; 4 - C.M.E. e as estratégias de gestão democrática: análise da organização e processos da gestão democrática com foco nas respostas oferecidas pelos conselheiros nas questões de 15 a 20 da entrevista.

A partir da análise das percepções dos respondentes quanto à concepção de qualidade, gestão democrática e participação no âmbito das atribuições desse órgão colegiado e os principais instrumentos e estratégias utilizados para a sua realização alguns pontos foram problematizados e outros pontos apareceram, levando à necessidade de se elencar um quinto eixo derivado do roteiro de entrevistas que foi denominado de “O Conselho Municipal de Educação: solicitações da gestão democrática”. O objetivo dessa nova seção gerada foi de apreender e colocar em espaço de dialogia, o que e como se requer a gestão democrática, a qualidade, a participação, seus instrumentos e estratégias como elementos de apropriação dos sujeitos que vivenciam a realidade e a necessidade social de Araçoiaba da Serra/SP em busca da educação socialmente referenciada.

Os resultados dessa pesquisa serão apresentados a seguir, encerrando parte da pesquisa maior iniciada no Grupo de Estudos e Pesquisa Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE), intitulada “*Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos*” envolvendo 9 municípios, dentre os quais Araçoiaba da Serra/SP. A pesquisa foi coordenada pelo Prof. Dr. Paulo Gomes Lima do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Campus Sorocaba), no âmbito do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE).

Conselho municipal de educação e a qualidade socialmente referenciada

O roteiro semi estruturado de entrevistas, nas questões de 1 à 5 solicitava o entendimento dos entrevistados em relação à noção de qualidade e qualidade social da educação do município de Araçoiaba da Serra/SP. Percebe-se através das falas dos respondentes certa dificuldade em conceituar e principalmente diferenciar os termos “qualidade e qualidade social”, como podemos observar a seguir:

R 01: *Sim, qualidade hoje em dia é de conhecimento de todos, né? na educação a gente visa, né? conhecimento das crianças, dos alunos, eu vejo que realmente tem que ter uma qualidade. Agora existe distinção de... da qualidade e qualidade social, é da sociedade em si, na educação, a gente visa realmente qualidade do ensino, da aprendizagem dos alunos.*

R 02: *Sempre tá buscando mais qualidade, né? A qualidade nunca é 100% atingida, devido a várias dificuldades, inclusive a financeira, porque é o que nós encontramos hoje. Então a qualidade é uma busca constante, um estudo constante. Agora, com relação a qualidade social, também envolve bastante. Hoje em dia, ela está muito mais dentro das escolas do que antigamente acontecia. Então, a qualidade social, ela vem agregando cada vez mais dentro das escolas também, não dá pra deixar de lado, né?*

R 04: *(...) a questão da qualidade do ensino ainda não há um tratamento ou um conceito que a gente veja ser discutido no conselho de algum modo. Hoje as discussões são pautadas em algumas resoluções muito breves sobre regulamentação de escolas privadas, da questão da merenda escolar, porém o entendimento de qualidade ainda não foi aberto ou discutido dentro do próprio conselho*

Há uma lacuna hegemônica nos significados da fala do conselheiro R 02 quando diz que “[...] ela (a qualidade social) vem agregando mais dentro das escolas do que antigamente acontecia”, tais forças o fazem escolher um discurso de superfície, escondendo o que não permitia antes de terem qualidade social nas escolas, mas também não aclara o que hoje permite ter, não definindo necessariamente o que é essencialmente a qualidade social. Desta forma, percebe-se uma compreensão difusa acerca de qualidade e qualidade social, já que os poderes em questão constroem um distanciamento de suas práticas executivas e a comunidade, segmento social primordial que deve avaliar os níveis da qualidade da educação em seu município e não sendo consultados, até mesmo no âmbito do C.M.E., pois conforme afirmou o conselheiro R 04 a questão da qualidade não foi discutida pelo C.M.E. Vale ressaltar que os veículos de comunicação, ainda precários, não estabelecem diálogo para construção democrática desse processo de participação popular. Considerando a complexidade e o caráter polissêmico do conceito de qualidade, é necessário considerar os diferentes contextos históricos e políticos aos quais se vincula. Segundo Almenara e Lima (2017), geralmente a qualidade é tomada como atributo que qualifica um determinado objeto em comparação a outro objeto, tratando-se de um conceito relacional de valoração. No âmbito da educação, a qualidade da educação é geralmente atrelada ao grau de desempenho na avaliações externas e sistematizadas dos sistemas de ensino, conforme o conselheiro R 02 evidencia ao avaliar a qualidade da educação do município:

R 02: *Ah, é bom (qualidade), mas tem que melhorar bastante ainda, eu acho. Aliás, na região eu vejo que a gente pega o IDEB, quando o resultado da região inteira, a gente vê que os índices são muito baixos. A gente... eu que tenho filho na escola particular, então eu vejo a diferença, ainda é muito grande, é gritante, mesmo você implantando, incentivando, a área da educação, a educação no Município, ainda ela deixa a desejar em muitas coisas. Mas aí são N fatores que envolve, desde a família, a todo um processo de aprendizagem, dificuldades que algumas crianças têm, que daí precisa de outros elementos para tarem ajudando essas crianças, então não é muito simples de conseguir tudo, né?*

A educação é um bem social que o Estado deve garantir, e esta garantia envolve a dimensão de qualidade em termos de oferta em todos os níveis, de maneira consistente, conforme previsto no art.4º, inciso IX da Lei 9394/96. É preciso pensar a qualidade educacional observando o processo histórico da nossa sociedade, considerando e compreendendo as desigualdades sociais e as formas de exclusão adotadas e que atinge a maioria da população. Assim sendo, Silva (2009) afirma que :

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social, e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas. (SILVA, 2009, p.225)

Considerando este viés, a noção de qualidade social da educação vem da compreensão de que esta é um direito humano e um bem público que permite o exercício dos outros direitos humanos pelo que ninguém deve ser excluído dela. A respeito do papel do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP no planejamento e elaboração do Plano Municipal de Educação (P.M.E.), destaca-se que este se deu por um processo de dois anos, concretizado no documento regido pela Lei nº 2001, de 23 de junho de 2015. Mas, através das falas dos entrevistados R02 e R04 observou-se contradições sobre o processo de construção do documento, já que o primeiro afirmou que o C.M.E. tenha participado ativamente no processo de construção do P.M.E., e o outro embora não tenha participado como conselheiro na época, a partir de suas percepções de como as ações ocorrem na atualidade, faz inferências sobre a efetividade dessa participação conforme se pode acompanhar a seguir:

R 02: *Então foi feito uma equipe muito boa. Então existiu todo um movimento, onde todos participaram; todas escolas: o convite foi aberto para todos. O Conselho também sempre esteve presente, acompanhando todo o processo, até se criar um Plano Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra. Foram quase dois. Esse processo foi em 2014, 2015, então foram dois anos para ter finalizado tudo; inclusive, quando nós tivemos na Câmara a apresentação a supervisora de ensino que representa o Estado, que foi o Plano Municipal de Educação, ela veio e ficou elogiando o Município de Araçoiaba devido a ação que teve envolvendo todos os membros, todos da comunidade, inclusive. Além de todos os membros da unidade escolar também, o Conselho Municipal. Então todos participaram sim. Foi uma construção demorada, cansativa, mas valeu a pena, porque deu resultado. Existem pesquisas, então foi nós organizamos, inclusive com os inspetores de alunos, monitores, auxiliar de serviço. Então todos os membros da unidade escolar, também participaram de tudo, todos os segmentos, né.*

R 04: *Então, se a gente parar para pensar, quando eu ingresso nesse conselho e questiono sobre as reuniões que aconteciam eventualmente, por aí a gente já pode subentender que a participação do Conselho nesse processo de elaboração ou avaliação ou monitoramento desse plano Municipal não existiu. Até pela passividade ou a falta de conhecimento dos próprios conselheiros que a gente já observa nas discussões que são existentes.*

Com relação às discussões e metas previstas para o P.M.E., a respondente 2 diz ter havido atenção prioritária para qualidade do ensino, sendo contemplada no documento final, conforme aponta sua fala:

R 02: *Sim, sempre teve prioridade; a prioridade é a qualidade de ensino e tem, também, no documento - vocês podem comprovar, na hora que vocês pegam o Plano Municipal de Ensino de Araçoiaba da Serra, consta lá - isso vem também. Agora já está na hora de rever essas metas, o que deu certo, o que não deu, porque tem que alterar novamente: o que você almeja, ou não almeja.*

Já o respondente 4 diz desconhecer as metas, mesmo sabendo por alto de sua existência, mas diz que não são incluídas nas atuais pautas das reuniões do C.M.E. essas discussões, não estabelecendo um comparativo, com a finalidade avaliativa do P.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP.

R 04: *Então, até o momento já foi questionado a questão de pautar quais são essas metas e qual foi o projeto educacional que foi estabelecido pelo município, mas até o momento ainda não foi incluído na pauta ou foi trazido para discussão essas metas. Então por enquanto, a gente não tem informação. Entrevistadora: Não conhecem as metas e nem monitora?*

R 04: *Sim, não tem esse processo. Como eu disse em alguma das respostas né, superficialmente pode ser que haja a exposição ou seja verbalizado que há o acompanhamento, mas não há na prática! Até que porque não se conhece, então como que vai ter acompanhamento.*

Conforme as falas supracitadas, está claro que não há efetivo acompanhamento do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP sobre o alcance das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação da cidade, afinal as metas parecem ser desconhecidas pelos próprios conselheiros. Após refletirem sobre essa ausência de acompanhamento das metas do P.M.E. durante as entrevistas, os conselheiros se comprometeram em incluir às discussões em pauta das reuniões, a fim de estudarem novamente o documento e mensurarem, sob um quadro comparativo, o quanto já se foi atingido dentro do que prevê o documento para assim poderem exercer os pressupostos na busca pela qualidade social.

Gestão democrática e participação no conselho municipal de educação

Na perspectiva legal, a Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), apresenta a gestão democrática como uma de suas diretrizes, reforçando o disposto no art.206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que apresenta a gestão democrática como um dos princípios que organizam a educação pública brasileira. O pressuposto da gestão democrática também é previsto na Lei Federal nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), resultado de uma demanda histórica de educadores e sociedade em prol da democratização da gestão escolar, visando o favorecimento de condições mais horizontais, de maior diálogo e participação nas tomadas de decisões das políticas públicas. São princípios da gestão democrática a autonomia, a participação e a descentralização. Dessa forma se temos participação com autonomia e com a realização e efetivação do poder de maneira mais próxima às pessoas, então, são essas pessoas as responsáveis pela edificação das regras que dimensionam o fazer coletivo. Assim, ainda que algumas propostas de gestão democrática sejam fruto de discussão inicial em gabinetes de gestores, a gestão democrática propriamente dita se efetiva no real, visto que o núcleo duro da mesma deve contar com a mais ampla participação dos sujeitos da escola e da educação. (SOUZA E PIRES, 2018, p.67). A avaliação dos entrevistados, quanto a gestão democrática, considerando os critérios categóricos: os avanços do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP; suas necessidades urgentes; o papel dos conselheiros; e atuação do C.M.E. frente às demandas superestruturais e as da comunidade foram as seguintes:

R 02: *Já melhorou um pouquinho. (...). Eu sei, eu venho vendo o acompanhamento, eh! Ele vem, não era ativo do jeito que é hoje, já melhorou bastante, mas isso daí, é isso que falei pra vocês: é um trabalho que vem sendo divulgado, de muita insistência, pras pessoas saberem que tem uma necessidade; eles fazem parte, que tem a opinião de todos é importante, e é necessária essa fiscalização, essa participação, essa orientação; vem através do Conselho Municipal. É isso que eu falei: agora, hoje, em 2018 é muito mais ativo do que era antigamente. Muito mais.*

R 01: *Eu vejo realmente, já tivemos avanço esse ano, melhorou realmente. Porque as pessoas têm um medo, um ranço sobre o Conselho. "Ah, mas quero ter tempo, eu não gosto, eu não sei", né?! O Conselho é muito importante, não só da Educação, como de todas as áreas, o da saúde. Porque evita aquela 'discursão' autoritária das pessoas. A partir que passa do Conselho são várias as pessoas é muito diferente do que você tomar aquela decisão autoritária; e fica realmente uma decisão democrática.*

R 04: Talvez uma resposta vai englobar todos os elementos, a questão democrática, a questão de democracia no conselho em si, ela é superficial porque, acontece dentro da secretaria, os conselheiros em si não têm uma gama de conhecimento que possa haver uma reflexão sobre determinados temas, então daí fica na questão do eu proponho e todos aprovam, então é uma democracia superficial. Que na realidade pela falta do conhecimento, não se têm discussões mais aprofundadas sobre alguns temas.

Na análise das falas podemos perceber que os avanços do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP, no que se refere à gestão democrática no interior do Conselho são relativos; enquanto os respondentes 1 e 2 os percebem de forma significativa (explícita), o respondente 4 os considera superficiais, já que as reuniões acontecem dentro da Secretaria da Educação e aponta outro dado relevante: “a gama de conhecimento” dos conselheiros para que realmente haja reflexões democráticas a partir das pautas não consideradas, visto as mesmas serem previamente estipuladas pela Secretaria, por meio de resoluções e subvenções em caráter de urgência. Referente ao papel do conselheiro e como tem contribuído para reivindicar as demandas da sociedade os entrevistados apontam a necessidade de maior conhecimento sobre suas atribuições:

R 02: É importante, mas cada um tem que saber do seu papel, ne?! É isso que tá acontecendo hoje: ele sabem realmente. Que veja bem: troca a cada 2 anos tem nova eleição, vem uma pessoa que nunca participou; então daí ele vem, o que ele não sabe nada, você tem que começar desde o início, explicar tudo novamente. Pra saí, eu não posso ficar todos os anos; eu dou um apoio. Há anos que eu participo, mas eu não fico; é 2 anos, eu terminei, eu tenho que sair, e vem outra pessoa, entendeu? E se não acontecer isso, aí fica difícil.

R 04: Papel do Conselheiro, eu acho que ele ainda tá ainda defasado nessa questão de conhecimento, porque para ser conselheiro necessita desse conhecimento mas hoje os conselhos não são porque eu tenho uma vontade de ser conselheiro, mas sim por uma indicação de alguém que faz parte de algum setor que me indicou, e eu nem sei o que significa isso. Às vezes eles não têm dimensão do que é seja um conselho, a questão deliberativa ou consultiva ou de aprofundamento de temas ou identificar as situações que haja uma necessidade de uma atuação do conselho, então essa questão de conhecimento é o que vai atenuar mais ou menos o papel do conselheiro, hoje, hoje, atualmente, ela é muito passiva pela falta de conhecimento, talvez quem está dentro da gestão do sistema educacional do município se prive muitas vezes de expor suas ideias, porque tem receio de alguma sanção. Lógico que não legal, mas uma opressão psicológica e demais situações que vão pesar sobre o desenvolvimento da função dele depois, então esse conselheiro ele fica ali meio limitado.

R 03: Mais ou menos claro. Eu até me perguntei o que eu to fazendo aqui. Eles entregam as “coisas” pra assinar e eu vou pela maioria: uns 3 ou 4 assinam primeiro, porque sabem mais e depois eu assino. Acho que fica só ali, nas reuniões, as ações do C.M.E., não chegam nas escolas. Quando eu vou, eu tiro xerox das atas. “Eles (da creche) acham que eu to lá para ter folga. Eu nem queria. E sofro “descaso” de outros funcionários da creche, como se fosse só pra eu ganhar folga.

Na fala acima, evidencia-se uma distorção de entendimento por parte dos colegas de trabalho da respondente 3, que diz “sofrer descaso”, sendo julgada por sua representatividade no C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP, como àquela que beneficia-se de uma posição pública para fins próprios, sendo o extremo contrário, já que representar o C.M.E. é uma tarefa que garante uma educação socialmente referenciada, levando a realidade e as demandas da sociedade ao poder executivo em pautas de reuniões desse colegiado. Por fim, na opinião dos entrevistados acerca de como deveria acontecer a participação da sociedade e do cidadão no C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP foi apontado o seguinte:

R 03: *A comunidade não participa. Não sei se é falta de conhecimento do que realmente é o C.M.E. Acho que tinha que ter reuniões da parte do C.M.E., mais divulgação do que o C.M.E. faz.*

R04: *(...) essa questão do controle social e do Conselho, se eu entendo que a educação tem um papel fundamental dentro da minha vida, dentro da sociedade onde estou, eu vou procurar auxiliar e proporcionar aí com alguma contribuição para que seja pensada de maneira mais efetiva, pensar na qualidade pensando nas situações do cotidiano que influenciam no desenvolvimento dessa educação, seja no ensino enquanto conhecimento acadêmico, ou ensino quanto cidadão que vai trazer alguns valores aí que hoje a gente não tem, então essa participação vai no entendimento do indivíduo que ele precisa entender que ele é o protagonista da vida dele e que as ações que ele toma o que ele desenvolve no dia-a-dia vão influenciar a educação como um todo, os seus pares aí sejam familiares ou sejam pessoas que estão relacionadas aí no dia a dia, seja profissionalmente ou em laços de amizade, então a partir do momento que ele entende que ele é o protagonista da vida dele e quais são as políticas ou seguimentos que são importantes para ele, ele vai passar a se envolver muito mais e perceber que o Conselho é um órgão que pode sim influenciar na estratégia ou nas ações da Educação do seu município, então talvez seja esse o ponto chave que vai evoluir aí a participação da população nos conselhos de modo geral.*

A participação é destacada nas falas dos respondentes como eixo importante e próprio da gestão democrática, entremeada de responsabilidade, por vezes, da sociedade que não sabe ou não quer participar, ora do poder público e do próprio C.M.E. por não tecer plano ou comunicação direta sobre a finalidade da participação nesse colegiado.

O conselho municipal de educação e instrumentos da gestão democrática

A participação como elemento primeiro para a efetivação da democracia, apresenta recorrência em estudos de diversos autores que acabam por tipificar essa participação de diversas formas, pois alguns procedimentos acabam por vezes à incentivar, dificultar e até inviabilizá-la. Portanto, mais democrático será um processo se mais participação crítica obtiver (SOUZA; PIRES, 2018). Essa participação crítica se associa à ideia de autonomia, que por sua vez nunca acontece de forma isolada mas sempre em relação. Não é independência para se fazer o que quiser, é uma autonomia relativa e relacional, que se dá em relação, pois a escola e o sistema de ensino autônomo devem considerar os que estão em sua volta no seu agir, de maneira que a conquista da autonomia seja uma realização coletiva. Segundo Souza e Pires (2018), as resultantes políticas da descentralização deveriam levar à autonomia dos sujeitos e das próprias instituições, sendo esta a veia democrática da autonomia e da descentralização, que permitem aos sujeitos as possibilidades de definirem em conjunto nas suas relações, os rumos da própria instituição e do sistema educacional. Refletindo sobre a autonomia do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP, a percepção dos respondentes sobre a influência do poder executivo local nos encaminhamentos e deliberações acontecem de formas diferentes:

R 04: *É aquela pressão que vem do gestor para o conselho, da comunidade em si pela falta de publicidade não, dá gestão: ah, preciso aprovar tal coisa agora. Normalmente as pessoas vão lá e aprova né, eu falo não. Não dá para incluir na pauta agora não, vai ter que ficar para próxima reunião a gente precisa discutir isso.*

R 02: *eu acho que não... o questionamento que vem, nós concordamos ou discordamos, é argumentado, tem argumento se é a favor, ou contra. (...)hoje a gente tem liberdade pra trabalhar, mas aí era pressão mesmo: “não vai fazer, e os membros vão lá e aprovem”; mas eram outros, a gente não fazia parte. Ai quem não concorda cai fora. Era assim.*

R 03: Lá é muita aprovação. Até foi discutido que o papel vinha pronto e tinha que assinar. Está errado, pois eu era muito nova e via isso acontecer. Mas agora reclamaram que querem opinar. Agora começaram a mostrar, discutir e decidir, pra depois assinar. Cada reunião é uma coisa. Eles ficam estudando e depois eles pensam e decidem pra assinar.

É perceptível nas falas, notável influência do poder executivo haja visto a recorrência ao citar as pautas de aprovações, geralmente de aplicações e repasses financeiros, das demandas vindas de cima para baixo, ou seja do executivo ao C.M.E. e não pautas oriundas de proposituras do C.M.E. ou da sociedade:

R 04: (...) As resoluções elas sempre vem prontas. Alguém fez essa discussão traz o texto pronto e esse texto é lido, se é de acordo de todos acaba sendo aprovado pela maioria (...) então essa discussão, ela precisa anteceder, precisa ter conhecimento para poder questionar muita coisa e uma andorinha não faz verão.

O C.M.E. torna-se instrumento da democracia participativa, à medida que cumpre com a sua função de trazer para o âmbito do poder executivo os problemas que se apresentam na sociedade. Como instrumento democrático e de deliberação e controle social das políticas públicas, a importância do C.M.E. se evidencia pelo fortalecimento da participação democrática da população no tangente a formulação e implementação de políticas públicas para o benefício comum. Sob esse prisma verifica-se que o C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP necessita ressignificar o seu papel e sua importância junto aos segmentos representados e a toda comunidade local, revendo sua atuação e principalmente proporcionando momentos de formação aos seus conselheiros, melhorando assim o conhecimento e o empoderamento dos mesmos em suas atitudes perante o compromisso assumido de educação de qualidade. O respondente 04, na fala abaixo, deixa claro o quanto é imprescindível aos conselheiros conhecer sobre o papel do C.M.E. e suas funções para garantir que as demandas da sociedade sejam debatidas e encaminhadas no espaço do Conselho:

R 04: Conhecer, conhecer a realidade do município, conhecer a questão legal, conhecer regulamentação ... é conhecimento. Então conselheiro precisa estudar, então se ele não estuda e busca conhecimento, dificilmente vai conseguir debater algumas questões do cotidiano então (...) e não ficar naquela zona de conforto que eu só reclamo mas eu não proponho, o conhecimento eu acho que de fato faz a diferença.

Há necessidade de se instituir no espaço do C.M.E. de Araçoiaba da Serra condições mais horizontais, de maior diálogo e participação, favorecendo a socialização do poder institucional e a constituição de um ambiente mais adequado à participação social, comprometida com os aspectos educacionais do município.

O conselho municipal de educação e estratégias de gestão democrática

No bloco de questões de 16 à 20, os conselheiros foram indagados acerca de suas opiniões sobre os avanços na luta pela garantia à qualidade socialmente referenciada a partir da articulação entre o C.M.E., a população e o poder local, de forma geral os conselheiros foram unânimes em destacar a importância de se colocar em pauta ações para publicizar as ações do conselho. Essa preocupação foi recorrente em todas as falas:

R 01: o que falta, o que seria o ideal é a divulgação. Porque são coisas que eles desconhecem. Eu vejo assim que até a questão da própria APM, que todas as escolas têm, eles desconhecem.

R 02: dos encaminhamentos, quando divulga na escola; mas dos debates assim, não. A comunidade que eu falo é a mãe. Mas assim: "eu sou da comunidade, oh, hoje

eu fiquei sabendo que tem uma reunião do Conselho” e veio participar; não. Mas isso também tem um lado que cabe a nós, porque não há divulgação, de dias, horários, tudo isso daí. É o que eu falo: o site da prefeitura, que é o canal de comunicação podia ser favorável a nós, mas ainda é uma parte difícil, porque é uma briga na prefeitura pra liberar, pra conseguir esse canal de acesso, de divulgação.

R 03: *Não sei se o C.M.E. é uma coisa interna da Secretaria. Eu nunca tive conhecimento. As pessoas não têm acesso. Eles fazem a reunião lá em cima. Como o povo vai frequentar? Tem uma mãe de aluno, mas ela vai e fica pra ela. Eu vou e fica pra mim. Comento às vezes com a diretora, mas não sei, é muito complicado.*

R 04: *Então a questão da comunicação e publicidade também em relação a população é o que faz diferença, se eu não público, se eu não dou visibilidade dificilmente alguém vai saber e vai poder ter um interesse pelo menos, em participar, então precisa publicar, precisamos falar que existe uma reunião de conselho. E que público, assim tornar público, mas público de verdade e não Diário Oficial, Diário Oficial é apenas um cumprimento de burocracia.*

Os respondentes concordam quanto a necessidade de criação e consolidação de alguns mecanismos e estratégias para que haja avanços quanto à participação política nas ações do C.M.E. Mecanismos estes que ampliem a aproximação com a comunidade e assim possibilitem conhecer as reais demandas educacionais do município de Araçoiaba da Serra e a realidade das escolas, permitindo ao C.M.E. uma atuação concreta e necessária. Sobre a paridade e representatividade é possível identificar paridade numérica entre os segmentos da educação e os representantes da sociedade civil, porém é preciso atenção à fala do Respondente 4 sobre assunto, já que em sua opinião essa paridade não garante a imparcialidade nem tão pouco contribui para o debate e a participação, como se observa a seguir:

R 04: *O fato das representações serem de segmentos diferentes talvez, a nomenclatura seja paritária mas na hora de você executar, expor as ideias, propor situações ela não consegue ser imparcial a ponto de falar assim, não a gente precisa seguir esse caminho ou então vamos discutir tal situação, vai muito de encontro com autonomia, então se tenho envolvimento intenso do órgão gestor da educação traz as situações prontas dificilmente essa composição paritária vai ter uma influência significativa a ponto de trazer as demandas da população que é atendida para o conselho, então vem a influência do gestor trazendo sua ideia pronta ou você aprova ou você reprova, então não tem de fato uma discussão ampliada sobre tais demandas.*

Observando as falas dos respondentes é perceptível, que muitas vezes os representantes da sociedade civil são provenientes são indicações políticas, o que pode comprometer o bom funcionamento do órgão em suas funções normativas, deliberativas e consultivas já que os indicados estão lá apenas para ocupar um espaço sem refletir ou desempenhar a função de representar seus pares levando às demandas da sociedade. O fato de as reuniões não serem abertas à população, ficam em evidência na fala do respondente 3 “ (...) *As pessoas não têm acesso. Eles fazem a reunião lá em cima. Como o povo vai frequentar?*”, referindo-se à falta de sede ou espaço próprio do C.M.E. para a realização das reuniões, que acontecem em uma sala de reuniões no interior do prédio da Secretaria de Educação. O respondente 4 também apontou uma situação referente à participação de pessoas da comunidade nas reuniões do conselho, relatando impedimento da participação de munícipes:

R 04: *(...) das poucas pessoas que foram participar do Conselho depois desse meu ingresso, que eu convidei, ele chegou lá na Secretaria de Educação e se apresentou falando que queria participar da reunião do conselho e perguntaram se ele era conselheiro ou não? Não era, então não pode. A ideia é totalmente inverso é uma ação democrática onde todo mundo tem voz mas nem sempre têm voto porque*

normalmente quem tem voto é o conselheiro mas a necessidade de participação popular tem que ser revisto e muito ainda, precisa caminhar muito (...)

Souza e Pires (2018), analisam em seu trabalho as metas definidas no PNE sobre a gestão democrática e enfatizam que a meta 7 prevê estratégias que versam sobre a qualidade da educação, expondo como necessário o atrelamento de democracia como critério ou condição de qualidade e reiteram ideias aparentemente adequadas aos propósitos de democratização da educação pública e de compreensão desse avanço como uma condição de qualidade educacional. Dessa forma é possível considerar que dada a não participação da população nos processos democráticos no âmbito do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP, a qualidade socialmente referenciada da educação no município acaba prejudicada, principalmente pela falta da gestão democrática.

O conselho municipal de educação: solicitações da gestão democrática

Segundo Cury (2006, p.58), a gestão democrática é o princípio que aponta para a metodologia de um novo modo de administrar que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo. Dessa forma, cria-se a possibilidade de maior articulação para definição de bases sobre as políticas e ações propostas, considerando que o C.M.E. é composto de uma estrutura mista que inclui representantes da sociedade civil. Os membros do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP foram muito receptivos, abrindo caminhos para a realização da pesquisa e seus instrumentos de coleta de dados; cordiais e responsáveis, mostraram-se sempre atentos e curiosos quanto aos resultados da pesquisa pois anseiam que através dela, seja possível estabelecer um canal de comunicação entre o C.M.E. e a Universidade, visando ampliar os conhecimentos sobre a função e a atuação desse colegiado e desenvolver formação dos conselheiros do município entre outras demandas internas ao órgão, por isso a transparência e a sinceridade ao serem indagados sobre as demandas e ações do C.M.E. no município foi perceptível. Um fato notório de observação da pesquisadora foi o da recorrência de se apontar o desinteresse da população em participação do Conselho, para justificar a falta de adesão da sociedade quanto à participação no C.M.E., conforme registrado a seguir :

***R 01:** A participação não é do jeito que a gente pretende que tem que ser. Também não é ruim, mas não é boa, nem excelente. Porque quando foi montado o Conselho, foi divulgado nas escolas, principalmente pra questão dos representantes da comunidade, pais e alunos, né? Eu percebi que não teve tanta adesão, especialmente dos pais.*

***R 2:** A adesão é pequena, eles não querem ou falam que é o horário, ou o trabalho*

***R 1:** tanto que a nossa reunião é numa terça-feira, oito e meia da manhã. Pra aquele que trabalha... é difícil. Só se fosse a noite, seria o ideal.*

***R3:** Acho que tinha que ter reuniões da parte do C.M.E., mais divulgação do que o C.M.E. faz.*

Fica claro que algumas condições como o horário das reuniões, bem como a falta de transparência gerada pela falta de divulgação das ações, pautas de discussões e o próprio funcionamento do C.M.E., inviabilizam a participação da população, principalmente por não existir um canal de comunicação sistemático que promova e facilite o diálogo com a população. Portanto, a gestão democrática que impede de diálogo e envolvimento coletivo, se faz inexistente. As opiniões dos conselheiros nos relatos acima evidenciam a necessidade de uma atuação mais participativa, por meio da criação de estratégias e mecanismos que favoreçam a aproximação com a comunidade, ampliando a participação da mesma no C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP, e assim as reais demandas educacionais do município passem a ocupar as pautas de discussões possibilitando aos cidadãos atuarem nas definições de critérios e parâmetros para orientarem a ação pública (TEIXEIRA, 2004).

Outra solicitação importante a ser observada, diz respeito à formação dos Conselheiros, já que em contato com as Atas das reuniões do C.M.E. não identificamos que se tenha sido realizada qualquer formação sobre suas atribuições. Os conselheiros R 01 e R 02 demonstram preocupação com a rotatividade e a troca dos membros, causada pelo tempo de mandato de 2 anos previsto no regimento e essa preocupação é ratificada pela fala do R 3, que demonstra total desconhecimento sobre seu papel enquanto conselheiro:

R 02: (...) troca a cada 2 anos tem nova eleição, vem uma pessoa que nunca participou; então daí ele vem, o que ele não sabe nada, você tem que começar desde o início, explicar tudo novamente. Pra saí, eu não posso ficar todos os anos; eu dou um apoio. Há anos que eu participo, mas eu não fico; é 2 anos, eu terminei, eu tenho que sair, e vem outra pessoa, entendeu?

R 01: Se fosse todos novos teria muita dificuldade.

R 03: Parece que eu caí de paraquedas lá, não sei de nada das coisas lá.

Como bem afirma Cury (2006), um conselheiro não pode se bastar apenas pela postura de boa vontade, embora ela também seja indispensável. São esperados estudos e investigações que o leve a conhecimentos específicos para a execução de tarefas inerentes a sua função e atuação, garantindo o direito à cidadania. Essa formação, não apenas dos conselheiros, mas de todos os profissionais da rede municipal de ensino, tem sido deixada de lado no C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP conforme a opinião do conselheiro R 04:

R 04: Até ontem teve uma audiência pública referente ao orçamento do município onde, eu tive a oportunidade de participar mas trazendo os pareceres enquanto legislativo analisou o orçamento e uma das observações que eu fiz muito simples, foi que foram destinados dos 47 milhões que é o orçamento total de educação em Araçoiaba, 10 mil reais para capacitação e qualificação dos profissionais da rede, então por aí você já vê o nível de interesse da gestão, no entanto, se o conselho é um pouco mais atuante e consegue perceber essas questões e traz esse prévio ou essa proposta de orçamento anterior a ser enviado da câmara poderia ser uma questão que poderia ser trabalhado de maneira mais efetiva, trazendo a questão da qualidade com muito mais efetividade e eficácia, mas no momento não existe essa discussão e talvez não tenha ainda um aporte de conhecimento ou de manejo para poder discutir esse assunto ainda.

Diante do exposto, apresenta-se uma série de enfrentamentos ao C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP para que a busca pela melhoria da qualidade da educação do município possa ir além de uma “qualidade mensurabilizada”, baseadas em métricas de avaliações padronizadas e sim alcance os requisitos da qualidade social eliminando as desigualdades e dualidades existentes, tornando a educação do município a mais inclusiva possível. Esses enfrentamentos requerem medidas e ações que possam refletir sobre a construção de estratégias/mecanismos que estruturam uma gestão democrática e se fazem necessária para administrar os conflitos de interesses e tornar legítimos os canais de participação do coletivo. Muito embora na opinião de alguns conselheiros o C.M.E. tenha avançado em algumas questões nos últimos anos, a opinião divergente de outros conselheiros e também pelo observado através de pesquisa documental é possível exemplificar de maneira mais direta os enfrentamentos necessários:

Quadro 2: Principais enfrentamentos à consolidação da gestão democrática no C.M.E.

Divulgação de ações	Desconhecimento por parte de muitos membros, internos e externos da Secretaria da Educação das atribuições e funções do C.M.E.	Ausência de financiamento para formação de conselheiros.	Melhoria das condições físicas para funcionamento do C.M.E. como local adequado e que seja aberto ao acesso da população
Ausência de pessoal de apoio	Influência do poder público	Ausência de recursos financeiros e materiais para a formação dos conselheiros e atuação dos mesmos	Ausência de apoio das instituições escolares
Ausência de planejamento de propostas educacionais para o município	Mudanças no poder executivo e secretariado	Diminuir burocracias	Ausência de apoio para atividades complementares de comunicação

Fonte: Elaborado por Amanda Regina Martins Dias

A opinião do conselheiro R 04 sobre uma necessidade urgente do C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP vem ao encontro como ponto central de todos os enfrentamentos elencados:

R 04: Necessidade urgente que se mostre é conhecimento. Talvez as capacitações direcionar um recurso por mais mínimo que seja ao controle social que é o conselho. Isso é fundamental, trazer talvez algumas pessoas capacitadas a orientar o que seria um conselheiro, qual o papel deste Conselheiro dentro da educação, que eu acho que aí vai poder gerar ganhos um pouco maiores, seja na atuação ou seja na questão até democrática para fugir daquela questão superficial de eu trago e vocês aprovam.

Finalmente, através do conhecimento de sua realidade, suas limitações e potencialidades, o Conselho Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra (C.M.E.), pode desenvolver estratégias/mecanismos para se concretizar como um espaço de interlocução democrática, avançando para que sua atuação seja efetiva tanto na proposição e elaboração das políticas educacionais do município, bem como atuando no acompanhamento de demandas sociais e prioridades que representem a educação que o município de Araçoiaba da Serra/SP tem por socialmente referenciada.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a percepção dos conselheiros do Conselho Municipal de Araçoiaba da Serra/SP, 4 respondentes, em relação à concepção de qualidade, gestão democrática e participação, no âmbito das atribuições desse órgão colegiado e os principais instrumentos e estratégias utilizados para a sua realização, bem como a busca pela qualidade socialmente referenciada no município. A pesquisa, de base qualitativa contou com entrevistas semi estruturadas, análise de documentos e levantamento bibliográfico. Os dados e informações coletadas demonstram que, C.M.E. de Araçoiaba da Serra/SP apresenta desafios a serem superados para a efetivação da gestão democrática, principalmente pela compreensão parcial dos princípios previstos como participação, autonomia e descentralização.

Nas falas dos respondentes apareceram discussões diversas, algumas de maneira mais superficiais outras mais aprofundadas sobre a necessidade de se discutir a questão da qualidade educacional do município, a autonomia do colegiado e principalmente o diálogo com a comunidade. A percepção da necessidade de divulgar as ações para que a população entenda o que é e a função do C.M.E. foi unânime entre todos os conselheiros entrevistados, assim como ampliar a formação dos próprios

conselheiros sobre o C.M.E., melhorando o conhecimento dos mesmo principalmente em relação às metas previstas no P.M.E., que alguns conselheiros alegaram desconhecer. Considerando que o C.M.E. de Araçoiaba da Serra é um órgão com funções normativas, consultivas e deliberativas, conforme previsto na Lei nº1264, de 12 de setembro de 2001, e portanto com autonomia para que seja dotado de normas próprias e condições objetivas para desempenhar suas funções, necessita conhecer e atualizar o seu regimento desenvolvendo normas próprias de trabalho, para que não continuem apenas a aprovar pautas impostas verticalmente pelo poder executivo, como dito pelos conselheiros durante as entrevistas.

Conforme Cury (2006, p.65), é sobretudo na consciência de guardião de direitos que o Conselho se articulará com as Secretarias de Educação, com os Conselhos Tutelares, com o Ministério Público e com outras instâncias de defesa dos direitos, além de seus homólogos municipais e estaduais e com o Conselho Nacional de Educação para efetivação de suas finalidades. Portanto, faz se necessário que os conselheiros, mais do que se conscientizarem sobre a importância de sua participação para a garantia do encaminhamento social a ser exercido pelo C.M.E. no município, desenvolvam estratégias para que tal participação e as reais demandas da sociedade sejam encaminhadas de maneira democrática, ainda que nos limites previstos na forma da lei.

Referências

- ALMENARA, G. V. R.; LIMA, P. G. A qualidade socialmente referenciada e a gestão democrática. *Ensaios Pedagógicos*. Sorocaba, vol. 1, n.1, jan./abr. 2017, p. 39-46. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/5/23> Acesso em: 25 nov. 2018.
- ARAÇOIABA DA SERRA. Lei nº 2001, de 23 de junho de 2015. *Institui o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2024*. Disponível em: < http://aracoiba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/leis/Lei%202001-2015_com%20anexo%20%C3%BAnico.pdf > Acessado em 05 de jan.2017
- ARAÇOIABA DA SERRA. Lei nº 1.264/2001 de 12.09.2001 - *Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra e dá outras providências*. Disponível em: <https://camara-municipal-da-aracoiba-da-serra.jusbrasil.com.br/legislacao/579227/lei-1264-01#art-1> Acessado em 18.04.2018
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 jan. 2018.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96> Acesso em: 22 nov. 21018.
- BRASIL. Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. *Lei do Plano Nacional de Educação*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 23 nov. 2018
- CURY, C. R. J. Conselhos de educação: fundamentos e funções. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 22, n. 1,p.41-67, fev. 2006. ISSN 2447-4193. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/18721/10944>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- DIAS, A.R.M.; ESTEVAM, R.A. O Conselho Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra/SP: criação, implementação e gestão democrática. *Ensaios Pedagógicos*. Sorocaba, vol.2, n.2, mai.-ago.

2018, p. 94-102. Disponível em:

<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/88/118>. Acesso em 20 nov. 2018.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, Aug. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200005&lng=en&nrm=iso Acesso em 21 nov. 2018.

SOUZA, A.R.; PIRES, P.A.G. As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 65-87, mar./abr. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-65.pdf>. Acesso em 30 out. 2018.

TEIXEIRA, L. H. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino.

Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set./dez. 2004. p. 691-708. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a09v34123.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

*Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e diretora de escola na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP. E-mail: amandarmdias13@gmail.com

Recebido em 10/08/2018

Aprovado em 15/10/2018